

Gestão escolar inclusiva: desafios e possibilidades

Inclusive school management: challenges and possibilities

RIBEIRO, Rogério Tavares¹

JESUS, Luma Barros de²

1 Especialista em Tecnologias Digitais para Sala de Aula. E-mail: rogeriotr_uftagronomia@hotmail.com

2 Especialista em Psicologia Educacional. E-mail: luma_fso_26@hotmail.com

RESUMO

A gestão escolar inclusiva emerge como um elemento fundamental no processo educacional contemporâneo, em que a diversidade e a equidade são valores centrais. Esse modelo de gestão transcende a simples organização administrativa, incorporando uma abordagem que valoriza as diferenças e promove a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, culturais ou individuais. A inclusão, nesse contexto, assume o papel de uma estratégia educativa que busca superar barreiras e construir um ambiente de aprendizagem acessível, respeitoso e acolhedor para todos. O conceito de gestão escolar inclusiva está intrinsecamente ligado à ideia de transformar as instituições de ensino em espaços democráticos, onde a pluralidade é reconhecida e celebrada. Essa transformação exige que líderes escolares e equipes pedagógicas adotem práticas que favoreçam a igualdade de oportunidades, fomentando políticas internas que garantam a permanência e o sucesso de todos os alunos. O objetivo geral desse estudo é compreender a relevância da gestão escolar inclusiva. A metodologia utilizada neste artigo é uma revisão de literatura qualitativa. Conclui-se que a gestão escolar inclusiva representa uma evolução necessária no campo educacional, reafirmando o compromisso das instituições de ensino com a promoção de uma educação de qualidade para todos. Sua prática exige dedicação, sensibilidade e inovação, consolidando-se como um elemento essencial para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Gestão escolar inclusiva. Inclusão escolar. Educação humanizadora.

1 INTRODUÇÃO

A gestão escolar inclusiva representa um aspecto essencial no desenvolvimento de ambientes educacionais que respeitem e valorizem a diversidade dos estudantes. Trata-se de uma abordagem que busca assegurar a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais.

Nesse contexto, o conceito de inclusão transcende a inserção de estudantes com necessidades específicas no ambiente escolar, envolvendo uma reestruturação das práticas pedagógicas, curriculares e administrativas para atender de forma ampla às diferentes demandas educacionais. A gestão inclusiva requer uma atuação integrada, em que a escola, os professores, os estudantes e a comunidade sejam parceiros no processo de construção de um espaço acolhedor e funcional para o aprendizado (ZERBATO;

MENDES, 2018).

Para alcançar esse propósito, a gestão escolar precisa adotar princípios que promovam a democratização do ensino e o respeito às singularidades. Isso inclui a adaptação de metodologias de ensino, a capacitação dos educadores e o estabelecimento de políticas que garantam a acessibilidade física e pedagógica.

A construção de uma cultura inclusiva na escola demanda ações que valorizem a participação ativa dos alunos em todas as atividades, fortalecendo a convivência e o respeito mútuo. Nesse sentido, a gestão inclusiva não apenas beneficia os estudantes com necessidades educacionais específicas, mas também promove um ambiente enriquecedor para toda a comunidade escolar, estimulando valores como a empatia, a cooperação e a tolerância (PRAIS, 2017).

A gestão escolar inclusiva enfrenta desafios significativos, como a resistência cultural e a escassez de recursos humanos e financeiros para a implementação de estratégias eficazes. Contudo, esses desafios também representam oportunidades para o desenvolvimento de práticas inovadoras e colaborativas, que podem transformar a escola em um espaço mais acolhedor e eficiente.

Ao atuar de forma estratégica, a gestão pode superar barreiras estruturais e sociais, garantindo que os direitos educacionais de todos os estudantes sejam respeitados e efetivados. Dessa forma, a gestão escolar inclusiva se apresenta como um elemento indispensável para a construção de uma educação mais justa, equitativa e transformadora (GLAT; FERNANDES, 2018). Com isso se faz a se pergunta de pesquisa: Qual a relevância da gestão escolar inclusiva?

O objetivo geral desse estudo é compreender a relevância da gestão escolar inclusiva. E os objetivos específicos são: conceituar a definição de gestão escolar inclusiva; demonstrar os aspectos administrativos na gestão inclusiva; entender a gestão escolar democrática e inclusiva.

O tipo de pesquisa que foi realizado neste trabalho é uma revisão de literatura, no qual foi realizada uma consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados Capes, Google acadêmico e Scielo “Biblioteca USP”, “Google acadêmico” e “UNESP”. O período dos artigos pesquisados serão os trabalhos publicados nos últimos “10” anos.

2 DEFINIÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA

A gestão escolar inclusiva pode ser definida como uma abordagem administrativa e pedagógica que busca garantir a participação plena e efetiva de todos os estudantes no ambiente escolar, respeitando e valorizando as diferenças individuais e promovendo a equidade educacional.

Esse modelo de gestão fundamenta-se no princípio de que a escola deve ser um espaço acessível a todos, independentemente de condições físicas, intelectuais, sociais, culturais ou econômicas, assegurando oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento (ROCHA, 2017).

Para alcançar esse objetivo, a gestão escolar inclusiva requer a implementação de estratégias e práticas que eliminem barreiras à educação, promovam a adaptação do currículo e assegurem a formação continuada dos profissionais da educação, sempre orientada pelos valores de respeito à diversidade e justiça social (PRAIS, 2017).

Esse conceito transcende a ideia de mera integração de estudantes com necessidades específicas, abrangendo uma visão ampliada de inclusão que engloba todas as formas de diversidade presentes na comunidade escolar. Assim, a gestão escolar inclusiva adota uma postura proativa na identificação de obstáculos ao aprendizado e ao desenvolvimento, buscando soluções que contemplem as necessidades de cada estudante de forma individualizada e integral. Para isso, é essencial que gestores e equipes pedagógicas adotem uma postura reflexiva e crítica, analisando continuamente os processos educacionais e promovendo mudanças que favoreçam a construção de um ambiente inclusivo (DEVECHI; TREVISAN; CENCI, 2018).

Na prática, a gestão escolar inclusiva exige a articulação entre políticas públicas educacionais e as ações concretas realizadas dentro das escolas. Essa articulação deve ser orientada por um planejamento estratégico que considere aspectos como a formação de professores para lidar com a diversidade, a adequação dos espaços físicos e a disponibilização de recursos pedagógicos adaptados. Além disso, é imprescindível promover o diálogo com as famílias e a comunidade, estabelecendo parcerias que reforcem o compromisso com a inclusão e fortaleçam as redes de apoio aos estudantes (ZERBATO; MENDES, 2018).

A gestão escolar inclusiva também envolve a construção de uma cultura escolar que valorize a pluralidade e incentive a convivência respeitosa entre todos os membros

da comunidade educativa. Esse processo implica desconstruir preconceitos e estigmas, promovendo a sensibilização e a conscientização sobre a importância da inclusão para o desenvolvimento individual e coletivo. Nesse sentido, a gestão escolar deve atuar como um agente transformador, capaz de mobilizar recursos, alinhar esforços e inspirar práticas que garantam uma educação inclusiva, democrática e de qualidade (GLAT; FERNANDES, 2018).

A definição de gestão escolar inclusiva reflete um compromisso com a criação de um sistema educacional mais justo e igualitário, no qual todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e desenvolver-se em um ambiente que respeite e celebre suas singularidades. Trata-se de um processo contínuo que exige engajamento, inovação e uma visão ampliada das potencialidades humanas, sempre orientada pelos princípios da equidade e do respeito à dignidade de todos os indivíduos.

3 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS NA GESTÃO INCLUSIVA

A administração de uma escola inclusiva demanda uma organização cuidadosa e estratégica, que contemple a elaboração de políticas internas alinhadas aos princípios da inclusão e a gestão eficaz de recursos materiais, humanos e financeiros para atender às necessidades de todos os estudantes.

Esse processo requer o estabelecimento de práticas que promovam a equidade, como a adaptação de infraestruturas físicas, a aquisição de materiais pedagógicos específicos e a alocação de profissionais especializados, garantindo que nenhum aluno seja excluído por barreiras estruturais ou institucionais (VIEIRA; OMOTE, 2021).

A gestão administrativa inclusiva exige o desenvolvimento de políticas escolares que assegurem o cumprimento de legislações e diretrizes nacionais voltadas à educação inclusiva, bem como a criação de mecanismos internos para monitorar a efetividade dessas políticas (GLAT; FERNANDES, 2018).

Nesse sentido, a administração deve definir metas claras e promover um planejamento estratégico que contemple ações a curto, médio e longo prazo, de modo a integrar as práticas inclusivas de forma consistente na cultura organizacional da escola. É necessário estabelecer procedimentos que incentivem a participação de todos os membros da comunidade escolar, incluindo estudantes, famílias, professores e demais profissionais, no processo de tomada de decisões, criando um ambiente democrático e colaborativo.

Outro aspecto essencial envolve a gestão de recursos humanos, que requer a formação de equipes pedagógicas capacitadas para atuar em contextos de diversidade. A administração escolar deve priorizar a contratação e o desenvolvimento profissional de docentes e demais colaboradores, promovendo cursos, workshops e treinamentos voltados à inclusão (DEVECHI; TREVISAN; CENCI, 2018).

Essa capacitação deve abordar tanto aspectos técnicos, como o uso de recursos adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas, quanto dimensões atitudinais, que incluem a sensibilização para a importância do respeito à diversidade e da empatia no ambiente educacional. Além disso, é imprescindível que os gestores promovam o diálogo entre os profissionais, fomentando a troca de experiências e o trabalho colaborativo para enfrentar desafios e identificar soluções eficazes.

A alocação de recursos financeiros constitui outro elemento vital nos aspectos administrativos da gestão inclusiva. Cabe à administração planejar e gerenciar o orçamento escolar de maneira eficiente, priorizando investimentos em infraestrutura acessível, tecnologia assistiva e outros materiais que atendam às necessidades específicas dos estudantes (ROCHA, 2017).

É fundamental buscar parcerias com organizações públicas e privadas, captando recursos adicionais que possibilitem a ampliação das práticas inclusivas e a implementação de novos projetos. A transparência na utilização dos recursos e o monitoramento constante dos resultados dessas ações reforçam a credibilidade da gestão e seu compromisso com a inclusão (ZERBATO; MENDES, 2018).

A administração inclusiva exige uma avaliação contínua dos processos e práticas adotados pela instituição, permitindo identificar pontos fortes e áreas que demandam melhorias. Essa avaliação deve incluir o acompanhamento do desempenho acadêmico e social dos estudantes, bem como o impacto das políticas inclusivas na comunidade escolar como um todo.

A análise dos dados coletados orienta as decisões administrativas e contribui para a consolidação de uma gestão mais eficiente e inclusiva, que valorize a diversidade como um elemento enriquecedor para o ambiente escolar e para a formação dos alunos. Assim, os aspectos administrativos na gestão inclusiva configuram-se como pilares fundamentais para a efetivação de uma educação que respeite as singularidades de cada indivíduo, promovendo oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento para todos (PRAIS, 2017).

4 ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA

A gestão educacional e a gestão escolar possuem características distintas que precisam ser compreendidas para uma administração eficiente do processo educativo. A gestão educacional refere-se à administração global do sistema de ensino, envolvendo a coordenação das escolas de acordo com políticas públicas e princípios voltados à promoção de práticas democráticas.

Esse modelo de gestão enfatiza a implementação de métodos internos que favorecem a participação coletiva, a cooperação entre os envolvidos, a autoavaliação contínua e a transparência em suas ações. Baseia-se, portanto, em valores democráticos e promove a inclusão de todos os envolvidos nas decisões relacionadas ao processo educativo (GLAT; FERNANDES, 2018).

Por outro lado, a gestão escolar opera no nível das instituições individuais, alinhando-se às diretrizes do sistema educacional mais amplo. Esse modelo de gestão exige o engajamento de toda a comunidade escolar e externa para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

Vai além da aplicação de técnicas administrativas, pois demanda uma análise crítica da realidade e a coordenação de esforços que garantam o alcance de uma educação de qualidade. A gestão escolar democrática busca mediar todas as atividades educacionais, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes (VIEIRA; OMOTE, 2021).

O marco legal brasileiro, representado pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, reforça a importância de uma gestão escolar democrática. Para sua efetivação, é necessário superar modelos autoritários ainda presentes em muitas instituições, favorecendo abordagens que incentivem a participação coletiva e inclusiva no processo de tomada de decisões. Esse modelo democrático estabelece as bases para uma escola comprometida com a cidadania e com o respeito às diferenças (DEVECHI; TREVISAN; CENCI, 2018).

A administração escolar, juntamente com a coordenação pedagógica, a orientação educacional e a secretaria, compõe os pilares essenciais para uma gestão eficaz. Nesse contexto, a participação ativa de professores, estudantes, famílias e demais colaboradores é indispensável para a construção de um ambiente democrático e colaborativo (PRAIS, 2017).

A descentralização das decisões é considerada uma estratégia importante para proporcionar maior autonomia às escolas, ampliando sua capacidade de atuar com eficiência e inovação. Além disso, o respeito à identidade cultural de cada instituição, que vai além das exigências burocráticas e administrativas, enriquece a dinâmica organizacional e contribui para o fortalecimento de sua singularidade (ZERBATO; MENDES, 2018).

A construção de uma gestão escolar democrática e eficaz requer o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo os responsáveis pelos alunos. Esse engajamento não apenas fortalece as tomadas de decisão, mas também contribui para pressionar por recursos e autonomia que permitam às escolas atuarem de forma mais eficiente e alinhada às necessidades da comunidade que atendem (SAVIANI, 2019).

Cabe também considerar tanto os aspectos organizacionais quanto a cultura específica de cada instituição para compreender a complexidade do funcionamento das escolas e promover práticas que favoreçam uma educação inclusiva e de qualidade.

A inclusão efetiva no ambiente escolar depende da colaboração ativa de todos os integrantes da comunidade, com os pais desempenhando um papel essencial nesse processo. A interligação entre as diretrizes internacionais e as políticas educacionais nacionais reforça a necessidade de fundamentar a gestão escolar em princípios que promovam o desenvolvimento integral dos alunos, valorizando-os como protagonistas do aprendizado. Esse modelo de gestão deve ser pautado por valores humanistas, que priorizem a criação de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor (SILVA, 2022).

O gestor escolar exerce uma função central na consolidação dessa visão inclusiva, liderando e mobilizando a comunidade escolar para transformar a inclusão em uma prática diária e integrada ao cotidiano da instituição. A gestão escolar não deve se restringir a questões administrativas, mas precisa atuar como catalisadora de um ambiente educacional que favoreça a diversidade e a participação de todos. Nesse sentido, é imprescindível que o gestor combine habilidades de administração e liderança pedagógica, estimulando o comprometimento da equipe docente e promovendo práticas que integrem diferentes perspectivas ao processo educativo (VIEGAS; SANTANA; NODA, 2020).

Para que o desenvolvimento integral dos estudantes seja alcançado, a gestão escolar deve adotar uma postura proativa, engajada e reflexiva. Isso inclui o

conhecimento aprofundado das bases legais e pedagógicas que sustentam a inclusão, aliado a uma prática constante de revisão e adaptação (ROCHA, 2017).

O Projeto Político-Pedagógico da escola torna-se um instrumento fundamental nesse processo, exigindo atualizações periódicas que assegurem sua relevância para atender às necessidades de todos os alunos. Além disso, a promoção de reuniões pedagógicas regulares e a inclusão de diferentes vozes nessas discussões fortalecem a coesão entre os membros da comunidade escolar.

Um ambiente escolar acessível e inclusivo requer investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação docente e desenvolvimento de estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade. Isso inclui adaptações curriculares voltadas para atender às especificidades de cada estudante, com o objetivo de garantir o sucesso acadêmico, pessoal e social de todos. O gestor, nesse contexto, deve liderar esforços para transformar a escola em um espaço que priorize os alunos como centro das ações educativas, fomentando uma cultura de inclusão que transcenda as barreiras individuais e institucionais (SOUZA; MIRANDA, 2021).

A gestão inclusiva também deve ser entendida como um projeto coletivo, construído com a participação ativa de toda a comunidade escolar. Essa construção demanda um diálogo contínuo e uma implementação consciente, assegurando que os princípios de inclusão sejam amplamente debatidos, compreendidos e aplicados.

A liderança do gestor é essencial nesse processo, pois é ele quem articula os recursos disponíveis, estabelece diretrizes claras e conduz a escola em direção a um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Apesar dos desafios que frequentemente surgem na prática, o compromisso com uma gestão baseada em participação, diversidade e humanização é o que permite a transformação da escola em um espaço mais justo e equitativo (SILVA, 2022).

A discussão sobre gestão inclusiva destaca que a educação para todos exige ações que vão além da adaptação da infraestrutura física, envolvendo também o investimento no desenvolvimento profissional dos professores e a alocação eficiente de recursos materiais e financeiros, com foco em práticas pedagógicas inclusivas.

Para criar um ambiente verdadeiramente acolhedor para alunos com deficiência, é indispensável que a gestão escolar garanta condições adequadas, abrangendo tanto a acessibilidade aos espaços quanto as adaptações pedagógicas que assegurem a participação plena desses estudantes no processo de ensino-aprendizagem (SAVIANI,

2019).

Nesse contexto, a gestão escolar ocupa uma posição central no processo de inclusão, sendo responsável por iniciar e coordenar ações que promovam um ambiente educativo mais igualitário e acessível. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que a administração escolar atue de forma integrada, mobilizando todos os integrantes da comunidade escolar e envolvendo-os em práticas inclusivas. A colaboração entre gestores, professores, alunos e familiares fortalece a construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e o respeito às diferenças.

A implementação de uma gestão democrática, em que cada membro da comunidade escolar tenha a oportunidade de participar das decisões, destaca-se como uma estratégia essencial para consolidar a inclusão. Essa abordagem exige que o gestor não apenas compreenda a legislação e as teorias relacionadas à inclusão, mas também promova a capacitação contínua da equipe escolar (ROCHA, 2017).

Essa formação deve focar na sensibilização para a importância da inclusão, no desenvolvimento de habilidades práticas e na construção de um ambiente educacional que favoreça a participação e o aprendizado de todos. A união de esforços entre os diferentes atores envolvidos é o que torna possível a efetivação de uma escola inclusiva em sua essência.

4.1 Impacto da liderança educacional na promoção da inclusão

Líderes educacionais, ao assumirem uma postura proativa e comprometida, tornam-se agentes essenciais na construção de uma cultura escolar inclusiva. Sua influência abrange a implementação de políticas e práticas pedagógicas que asseguram o acesso equitativo à educação, promovem a eliminação de barreiras ao aprendizado e criam condições que favoreçam o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

O gestor educacional lidera a integração de valores inclusivos nas estruturas organizacionais e pedagógicas, sendo responsável por inspirar e motivar toda a comunidade escolar a participar desse processo. Isso envolve mobilizar os recursos necessários, fomentar a colaboração entre professores, famílias e estudantes, e garantir a formação contínua dos educadores para lidar com a diversidade em sala de aula. Além disso, o gestor deve atuar como mediador, promovendo o diálogo entre os diferentes atores da comunidade escolar e fortalecendo a coesão em torno de objetivos comuns, como a inclusão plena e o sucesso acadêmico de todos os alunos (SAVIANI, 2019).

Uma liderança educacional efetiva também se destaca pela capacidade de identificar desafios e buscar soluções inovadoras para superá-los. No contexto da inclusão, isso significa avaliar continuamente as necessidades da comunidade escolar e adaptar as práticas pedagógicas, currículos e infraestruturas para atender às demandas específicas de cada estudante. Essa flexibilidade, aliada a uma visão estratégica, permite que o gestor implemente mudanças significativas que vão além das exigências legais, criando um ambiente onde todos se sintam acolhidos e respeitados (SOUZA; MIRANDA, 2021).

O impacto da liderança educacional na promoção da inclusão também se manifesta na criação de um ambiente que estimula o desenvolvimento de competências sociais e emocionais em toda a comunidade escolar. Ao promover a convivência respeitosa e a empatia, o líder educacional contribui para a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para viver em sociedades diversas. Além disso, a liderança que prioriza a inclusão serve como exemplo de compromisso com a justiça social, inspirando professores e estudantes a adotarem atitudes semelhantes em suas próprias práticas e interações.

CONCLUSÃO

A gestão escolar eficaz e inclusiva desempenha um papel indispensável no fortalecimento do ambiente educacional, ampliando as responsabilidades do gestor para além da administração e liderança tradicionais. O gestor atua como uma ponte essencial entre os educadores e a aplicação dos princípios pedagógicos inclusivos, contribuindo diretamente para o sucesso da instituição. A liderança nesse contexto exige conhecimento atualizado sobre as questões relacionadas à inclusão, abrangendo não apenas estudantes com deficiências, mas também aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, destacando a importância de práticas que atendam às necessidades de todos os alunos.

A gestão democrática fundamenta-se em uma abordagem educacional humanista, que valoriza a participação ativa de toda a comunidade escolar. Essa perspectiva incentiva a criação de um ambiente em que cada indivíduo seja respeitado e tenha a oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades. Para tanto, são necessárias práticas inclusivas que promovam o crescimento integral dos estudantes, criando um espaço acolhedor e equitativo para todos.

Para garantir uma inclusão genuína e transformadora, a escola precisa ir além da adaptação de sua infraestrutura física, investindo em recursos técnicos e pedagógicos adequados às demandas específicas dos alunos. O Projeto Político- Pedagógico (PPP) deve ser constantemente atualizado e alinhado às necessidades da comunidade escolar, integrando a formação continuada dos profissionais como parte essencial desse processo. Isso reforça a importância de preparar a equipe escolar para enfrentar os desafios e abraçar as oportunidades inerentes à educação inclusiva.

A inclusão é um processo dinâmico que exige avaliações regulares e ajustes constantes, desafiando práticas tradicionais e buscando estratégias mais eficazes para garantir o pleno desenvolvimento de cada estudante. O papel do gestor é central nesse contexto, liderando e direcionando a equipe educacional para alcançar metas compartilhadas e consolidar uma cultura inclusiva.

O objetivo principal é assegurar o acesso universal a uma educação de qualidade, reconhecendo esse direito como um imperativo ético e humano, além de um compromisso legal. Apesar dos avanços nas políticas públicas, na formação docente e nas pesquisas acadêmicas sobre inclusão, ainda há uma lacuna significativa entre as diretrizes teóricas e a implementação prática. Essa disparidade evidencia a necessidade de esforços contínuos para alinhar os princípios inclusivos às realidades do cotidiano escolar.

A construção de um projeto educacional inclusivo exige a colaboração de todos os envolvidos na gestão e na prática educacional. Mais do que apenas implementar políticas, é imprescindível cultivar uma cultura de inclusão que permeie toda a comunidade escolar. Nesse sentido, o debate e a pesquisa sobre inclusão devem continuar avançando, propondo soluções que superem os desafios práticos e aproximem a teoria da prática, fortalecendo o compromisso com uma educação equitativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN, A. L.; CENCI, Â. V. A abordagem da educação baseada em evidências científicas na formação de professores: recuo da prática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 6, n. 5, 2018.

PRAIS, J. L. S. **Das intenções à formação docente para a inclusão**: contribuições do desenho universal para a aprendizagem. Curitiba: Appris, 2017.

ROCHA, A. B. de O. O Papel do Professor na Educação Inclusiva. **Ensaaios Pedagógicos**, v. 7, n. 2, Jul/ Dez 2017.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SILVA, E. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. **Educação em Revista**, v. 38, 2022.

SOUZA, R. T; MIRANDA, J. C. Inclusão escolar no Brasil: uma análise documental. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 13, 2021.

VIEGAS, E. R. S.; SANTANA, C. F. P. A.; NODA, C. M. C. Concepção de currículo como construção histórico-social: breves considerações. **Horizontes. Revista de Educação**, v. 9, n. 16, 2020.

VIEIRA, C. M; OMOTE, S. Atitudes sociais de professores frente à inclusão: formação e mudança. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, 2018.